



Processo nº. 23000.014341/2024-43

ESCLARECIMENTO 06 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 90011/2024
--

Pergunta 1: “Com base nos dispositivos do Edital e na legislação vigente, solicita-se esclarecimentos sobre as medidas que serão adotadas pela administração caso uma licitante declare falsamente o cumprimento das exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, conforme estabelecido nos itens 4.4.4.e 15.6.6. do Edital e na Lei nº 8.213/1991.

Referências do Edital:

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Previsões na Lei nº 14.133/2021:

Art. 62 e Art. 92: A habilitação exige declaração de cumprimento da reserva de cargos para PCDs e reabilitados.

Art. 116: A empresa deve cumprir as reservas de cargos durante a execução do contrato.

Art. 137, IX: O não cumprimento das cotas é motivo para extinção do contrato.

Art. 155, VIII: Apresentar declaração ou documentação falsa é uma infração passível de responsabilização administrativa.

Diante dos dispositivos legais mencionados, solicita-se os seguintes esclarecimentos:

1. Caso a licitante declare falsamente o cumprimento das cotas no campo próprio do sistema, haverá desclassificação imediata da proposta?
2. Quais sanções específicas poderão ser aplicadas às empresas que apresentarem declaração ou documentação falsa, conforme previsto no Art. 155, VIII da Lei nº 14.133/2021?
3. A administração prevê alguma auditoria ou fiscalização para verificar a veracidade das declarações feitas pelas licitantes quanto ao cumprimento das reservas de cargos?”

Resposta 1: Sim, será verificada o atendimento por meio de consulta ao Portal do Ministério do Trabalho, tendo em vista a vinculação ao instrumento convocatório. Quanto a possibilidade



de declaração falsa, será solicitada a licitante, comprovação de que ela atende ao referido item do edital, bem como será cumprida a legislação vigente e consultados os acórdãos do TCU e a jurisprudência sobre o tema.

Pergunta 2: “Com fundamento nos itens 4.4.4.e 15.6.6. do Edital e nos artigos 116 e 137 da Lei nº 14.133/2021, que disciplinam a obrigatoriedade da reserva de **cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, e aprendizes** solicita-se confirmação de que a empresa vencedora do certame, que não comprovar o cumprimento da cota legal no momento da assinatura do contrato, estará inelegível para firmar contrato com a administração pública, sujeitando-se às penalidades previstas.

- A administração pública confirmar que, nos termos explicitados, a inobservância da referida obrigação legal impede a contratação e constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta e aplicação das sanções cabíveis?

Solicita-se, ainda, esclarecimento sobre os procedimentos que serão adotados pela administração para verificar o efetivo cumprimento dessa exigência antes da formalização contratual, a fim de assegurar a conformidade legal e a integridade do processo licitatório.”

Resposta 2: “Será verificada o atendimento por meio de consulta ao Portal do Ministério do Trabalho, tendo em vista a vinculação ao instrumento convocatório. Quanto a possibilidade de declaração falsa, será solicitada a licitante, comprovação de que ela atende ao referido item do edital, bem como será cumprida a legislação vigente e consultados os acórdãos do TCU e a jurisprudência sobre o tema.”

Pergunta 3: “Os benefícios estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) como plano de saúde, odontológico e seguro de vida são obrigatórios na cotação? A empresa que não incluir esses benefícios será desclassificada?”

Resposta 3: “Os benefícios estabelecidos em CCT não deverão constar na planilha de custos e formação de preços, no entanto caso a empresa apresente não será desclassificada, deverá ajustar a proposta retirando o valor desses benefícios. Não haverá pagamento de benefícios previstos na CCT, pois as Convenções Coletivas de Trabalho possuem caráter normativo, tão-somente, entre as parte pactuantes e que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem



Ministério da Educação
Subsecretaria de Gestão Administrativa
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
Coordenação de Licitações
Divisão de Licitações

de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. Ressaltamos que a orientação de não fazer a cotação do plano de saúde, do auxílio odontológico e assistência funeral tem o objetivo de assegurar a isonomia das propostas a serem apresentadas.”

Pergunta 4: “Os encargos sociais deverão ser de acordo com CCT da categoria ou deverão refletir a realidade da empresa licitante?”

Resposta 4: “Deverão ser de acordo com a legislação vigente.”

Pergunta 5: “É possível calcular o capital circulante líquido estimado com base no valor da proposta, em vez do valor estimado inicial?”

Resposta 1: Não. De acordo com a Instrução Normativa nº 5/2017, o cálculo deverá ser feito em cima do valor estimado da contratação.

Brasília, 30 de dezembro de 2024.

RICARDO DOS SANTOS BARBOSA
Pregoeiro